

Literatura Negra Infanto-Juvenil: Discursos afro-brasileiros em construção

Luena Nascimento Nunes Pereira*

Resumo

Este artigo apresenta os resultados preliminares de nossa pesquisa, dedicada ao levantamento e análise de obras de literatura infanto-juvenil que abordam a temática afro-brasileira. Abordamos alguns elementos para a análise das condições da produção da literatura infanto-juvenil realizada por autores ligados à construção de uma educação antirracista bem como sobre uma nova disposição do mercado editorial. Nossa intenção é pôr em perspectiva o que tem sido produzido desde 2003, considerando que nos encontramos em um novo momento da implementação da lei 10.639, no qual percebemos novos desafios analíticos. Viemos observando a emergência de discursos que produzem novas formas de construir a identidade nacional brasileira com base em modelos mais plurais. Apontamos o possível desenvolvimento de uma “literatura afro-brasileira infanto-juvenil” e da formação de um público leitor mais sensível às temáticas das relações inter-raciais e da diversidade étnica.

Palavras-chave

Literatura negra. Literatura infanto-juvenil. Lei 10.639.

Abstract

This article presents the preliminary results of our research, dedicated to the survey and analysis of literature works for young adults which approach the Afro-Brazilian theme. We have gathered a few elements to analyze the conditions of a young adult literature production by authors linked to the construction of an anti-racist education, as well as the new tendency in the editorial market. Our purpose is to put in perspective what has been produced since 2003, considering that we find ourselves in a new time of the Bill 10.639 implementation, in which we see new analytical challenges. We have been observing the urgency of discourses which produce new ways of constructing the Brazilian national identity based on more plural models. We point out the possible development of a "Afro-Brazilian young adult literature"

* Luena Nascimento Nunes Pereira é Doutora em Antropologia pela Universidade de São Paulo (USP); e professora de Antropologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Email: luena.ufrj@gmail.com.

and the structuring of an audience of readers more sensitive to the interracial relationships and ethnic diversity themes.

Keywords

Black Literature. Young Adult Literature. Bill 10.639.

Introdução

A Lei 10.639/03, que obriga a inclusão de conteúdos de Histórias e Culturas africanas e afro-brasileiras em todo o currículo escolar, completou, em 2013, dez anos de sua promulgação. Trata-se de um período longo o suficiente para um esforço de avaliação de alguns dos seus desdobramentos.

Este artigo apresenta os resultados preliminares de nossa pesquisa¹, que tem realizado um levantamento e classificação sobre a já significativa produção de obras de literatura infanto-juvenil que abordam a temática afro-brasileira. Partindo desse levantamento, construímos critérios para um primeiro balanço analítico deste material. Esses critérios assentam-se sobre a observação de aspectos reincidentes, bem como de formas recorrentes de trabalhar esses temas. Pretendemos discutir alguns elementos para uma análise sobre as condições de produção da literatura infanto-juvenil realizada por escritores ligados à construção de uma educação antirracista. Nossa intenção é pôr em perspectiva o que tem sido produzido desde 2003, considerando que nos encontramos em um novo momento da implementação da lei 10.639, no qual observamos novos desafios analíticos.

Trabalhamos a partir da hipótese de estarmos diante do surgimento, no que se refere à literatura infanto-juvenil, de novas narrativas sobre a história brasileira – e o lugar do negro dentro dela –, sobre as relações raciais no Brasil e as relações históricas e culturais entre África e Brasil. Essas narrativas estão sendo gestadas por, pelo menos, duas gerações de escritores negros ou ligados ao debate racial e multicultural. Ou seja, pensamos ser possível

¹ Esta pesquisa contou com a participação de Jeronil Assunção Junior e Isabella Barros da Silva, alunos do Curso de Ciências Sociais da UFRRJ e bolsistas de Iniciação Científica FAPERJ e PIBIC/CNPq, respectivamente.

perceber a conformação de um campo (ou de redes) que envolve atores que cruzam a universidade, a militância, as editoras, os espaços escolares, ONGs e instituições do Estado que participam na produção de uma nova discursividade sobre o negro no Brasil.

A nossa intenção tem sido mapear e refletir sobre as categorias e conteúdos veiculados nesta literatura de forma a possibilitar uma revisão crítica deste material, a partir do distanciamento antropológico que permita perceber a produção de um novo discurso centrado numa nova concepção de nação e de cultura – na qual “África”, “cultura negra” e “diversidade racial” e “cultural” assumem um lugar central.

Outro aspecto deste trabalho tem sido o de investigar as formas de seleção, produção e circulação desses livros. Nesse sentido, o universo editorial é ponto fundamental da nossa análise. Um dos eixos da pesquisa é abordar o campo das editoras, buscando apreender as formas pelas quais estas têm incorporado nas suas linhas editoriais a questão da diversidade e da raça.

Não pretendemos realizar uma avaliação “conteudista” no sentido da correção ou incorreção de determinados conceitos ou conteúdos, ou mesmo da detecção de “problemas” conceituais ou de reprodução de estereótipos². O nosso intuito tem sido o de levantar temáticas recorrentes, bem como apontar para formas recorrentes de trabalhar determinados temas, especialmente aqueles ligados às noções de “diversidade cultural”, “cultura negra”, “identidade negra” e “religião”, que identificamos como tópicos bastante acionados. Com isto, pretendemos fornecer elementos para uma análise sobre as condições de produção de literatura infanto-juvenil, levados a cabo por escritores e educadores ligados a uma política e uma pedagogia antirracista.

Vimos observando o surgimento de novos discursos que produzem novas formas de construir a identidade nacional brasileira considerando modelos mais plurais de representação. Uma de nossas preocupações é avaliar o possível desenvolvimento, dentro do chamado campo da literatura afro-brasileira (SOUZA; LIMA, 2006), de uma “literatura infanto-juvenil negra”, ou “afro-brasileira”, que permita a formação de um público leitor,

² A crítica dos conteúdos sobre a forma de tratamento do negro e da história da África e dos Afro-Brasileiros no livro didático já mereceu a atenção de vários pesquisadores, o que inclusive municiou as bases sobre as quais a lei 10.639 se assenta, bem como a regulamentação da lei, nas Diretrizes Curriculares (Brasil, 2005a, Nascimento, 2001, Lisboa de Souza 2001, Oliva, 2000).

não necessariamente “afro-brasileiro”, porém mais sensível às temáticas das relações inter-raciais, da diversidade e da inclusividade³.

Nesse sentido, cabe ressaltar que descartamos nesta pesquisa o levantamento e análise de materiais didáticos e paradidáticos e nos centramos nos livros de literatura infanto-juvenil. Nosso entendimento é de que a literatura exerce um lugar fundamental para a formação da consciência nacional (PONTES, 1988). Assim, nosso interesse tem sido observar o surgimento de uma nova ideia de nação a partir da veiculação de novos discursos em torno da identidade negra. Dessa forma, justifica-se o privilégio da observação da literatura em detrimento do livro didático ou “paradidático”.

Neste texto, faremos uma breve discussão sobre o contexto de emergência de uma literatura infanto-juvenil com temática afro-brasileira a partir da promulgação da lei 10.639. Depois, buscamos apresentar nossa forma de observar essa literatura, diferentemente de uma abordagem propriamente literária. Ancorados na descrição inicial do material levantado, optamos por analisar a importância das pequenas e médias editoras neste segmento literário e apontar para a importância de analisar as redes de autores de literatura infanto-juvenil afro-brasileira.

A Lei 10.639 e seus impactos

A Lei 10.639 consagrou, tanto no corpo da lei como nas suas Diretrizes (2005a), duas reivindicações fundamentais empreendidas pelos movimentos negros desde pelo menos a década de 1970. Uma é a abordagem da temática racial no espaço escolar, percebido como instrumento fundamental para a superação das relações raciais assimétricas na sociedade brasileira através da educação para o antirracismo. Outra, a valorização da reescrita da história brasileira incorporando a história do negro – e posteriormente do indígena,

³ A discussão sobre a existência de uma literatura negra emerge no movimento da negritude, nos anos 30, movimento político e literário de reivindicação de uma expressão e identidade própria dos negros africanos e diaspóricos, surgido principalmente na França entre escritores e ativistas antilhanos e africanos. No Brasil, o debate sobre a existência de uma literatura negra pode ser acompanhado através de Bernd (1987, 1988), Souza e Lima (2006) e Duarte (2008), entre outros.

a partir da atualização da lei 11.645⁴ – e sua abordagem no ensino básico.

A lei reconhece o papel da escola como central na reprodução do racismo e também o lugar privilegiado para o seu combate. A escola se torna o espaço disputado para a afirmação da história afro-brasileira e do reconhecimento da diversidade étnico-racial brasileira, visando à mudança do paradigma assimilacionista marcado pelo ideário da mestiçagem. Essa lei pode ser considerada como o ponto de culminância de lutas gestadas no movimento negro há décadas, bem como em redes universitárias que passaram a contar com importante presença de negros, especialmente no campo da educação, convergindo com um importante processo de transformação na historiografia brasileira (PEREIRA, 2010; OLIVEIRA, 2012).

Há uma sequência de legislações e documentos federais, em especial aqueles produzidos e disponibilizados através da SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão –, ligada ao MEC, que consolidou parte dos debates já acumulados pela militância e acadêmicos negros na área da educação. Nestes primeiros dez anos, podemos perceber, através dos textos oficiais que embasam, justificam e orientam a aplicação da lei, uma etapa importante de relação desses agentes com o Estado brasileiro. São documentos que formatam políticas públicas de inclusão e ações afirmativas – documentos oficiais, mas que devem ser lidos também como documentos político-ideológicos que consolidam visões e ações dos movimentos negros em vários setores: ONG, universidades, ensino básico e, finalmente, em setores do governo e do Estado brasileiro.

Sendo assim, é fundamental compreender que as dificuldades na implementação do ensino de histórias e culturas africanas e afro-brasileiras no currículo, narradas em vários artigos de avaliação da aplicação da lei 10.639 nas escolas⁵, vêm da natureza própria da criação da lei. Ou seja, a lei

⁴ A lei nº. 10.639/03 foi alterada pela 11.645/08, que inclui também cultura e história dos grupos indígenas. Entretanto, nestes cinco anos iniciais houve uma série de documentos legais de regularização e implementação da lei, que ficou popularizada pela primeira designação. Entre ambas não há contradição, mas a segunda incorpora toda uma experiência em torno da Educação Indígena. Como vamos nos limitar à análise de material relativo à abordagem da questão racial e da chamada “cultura afro-brasileira”, preferimos neste texto fazer referência à Lei como 10.639/03.

⁵ Ver, por exemplo, o Dossiê Relações étnico-raciais e práticas pedagógicas em Educar em Revista nº. 47, jan./mar. 2013.

tem como pressuposto estimular ou obrigar que se criem as condições para a sua própria implementação, que passa pela formação dos professores para a temática, a introdução de conteúdos pertinentes nos materiais pedagógicos e didáticos, permitindo a pressão sobre gestores escolares para que a lei seja observada. Foi a partir do reconhecimento pelo Estado do prejuízo causado pela ausência de conteúdos de história da África e cultura negra nas escolas que a lei foi produzida. Isso sugere que não se deve partir, a não ser retoricamente, para a “denúncia” de não aplicação da lei, uma vez que sua promulgação foi a primeira política pública no sentido de sua efetivação e que, como todas as políticas para educação, é de lenta aplicação.

Nossa intenção é nos defrontar com o que consideramos ser um segundo momento da implementação da Lei como uma Política Pública de Ação Afirmativa da qual faz parte a produção dos materiais didáticos e outros que eventualmente chegam ao espaço escolar. Ou seja, não mais a legislação e documentos construtores e justificadores da lei, mas a análise da transposição dos pressupostos afirmados nestes documentos nos materiais apropriados pedagogicamente bem como nas práticas escolares. Dentro desse segundo momento, temos nos proposto realizar uma análise sobre a produção e veiculação dos materiais literários voltados para o público infanto-juvenil neste assunto.

É importante retomar o fato de que a Lei 10.639/03 e suas Diretrizes, embora indiquem que os conteúdos de História e Culturas Africanas e Afro-brasileiras devam estar presentes em todo o currículo escolar – acompanhando, assim, as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1997 – explicitamente aponta para as disciplinas de História, Artes, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira como específicas para a abordagem de tais conteúdos. Essa especificação trouxe como consequência um maior investimento da abordagem desses conteúdos nessas áreas e menor em outras, como Geografia, Educação Física e as áreas de ciências exatas e biológicas.

Literatura infanto-juvenil: nação e diferença

Nosso entendimento é que a literatura infanto-juvenil voltada para a temática afro-brasileira e africana consiste num espaço privilegiado para a elaboração de um discurso positivador da diferença, da multiculturalidade e de reescrita da ideia de nação que se choca frontalmente com o ideário anterior de

exaltação da miscigenação e de nação homogeneizada.

A crítica a esta última concepção parte da verificação de que a celebração da miscigenação efetivamente vem ocultando as distintas matrizes formadoras da nação brasileira e tem como corolário a invisibilização das populações afro-descendentes e indígenas bem como a desvalorização de seus legados culturais, produzindo um espaço de não reconhecimento e de discriminação racial e cultural. O espaço da escola é o lugar por excelência de transformação dessas práticas e representações. O livro didático e a literatura infanto-juvenil seriam instrumentos centrais de problematização e transformação dessas percepções e atitudes.

No caso da literatura infanto-juvenil, ela nos parece especial para a abordagem que pretendemos, pois não apresenta um discurso diretamente pedagógico, mas sim artístico e lúdico, cuja linguagem ficcional, presente tanto no texto como nas ilustrações, aponta para a formação – e transformação – mais profunda de valores. Ela assim concorre de maneira mais sutil e eficaz na produção de um imaginário individual e coletivo na medida em que atinge a dimensão tanto sensível e expressiva como racional e conceitual de um público leitor em formação.

Existem algumas bibliografias dedicadas à análise de literatura infanto-juvenil voltada para a temática negra e para a presença e das imagens negras nessa literatura (JOVINO, 2006). Entretanto, mais do que uma análise dessa presença, interessa-nos a compreensão da formação e do desenvolvimento de um possível campo que estou chamando provisoriamente de *discursividade negra* ou *multicultural* na literatura infanto-juvenil.

Essa intenção nos distancia de uma tentativa de análise literária. Evidentemente, recorreremos à noção de “campo” literário de Bourdieu (1992), mas nos valem também da noção de “mundos das artes” de Howard Becker (1982). Becker enfatiza os aspectos cooperativos e interdependentes da produção artística em suas múltiplas dimensões, permitindo dar conta do (possível) surgimento de uma discursividade afro-brasileira e/ou multicultural associada a uma rede de autores, ilustradores, editores, políticas de estado, redes escolares, secretarias de educação, etc., a partir da perspectiva da interdependência, ainda que conflitiva, de seus agentes. Ou seja, não focada apenas nas disputas sobre o controle do campo – cuja existência não pode ser considerada um consenso – e das suas regras de formação e legitimação.

Vários trabalhos sobre a presença do negro na literatura infantil inicialmente trouxeram a questão do racismo nas representações sobre os

raros personagens negros na literatura infantil brasileira, notadamente a personagem paradigma da Tia Nastácia, da obra *Sítio do Picapau Amarelo*, de Monteiro Lobato (GOUVÊA, 2005; SOUZA, 2001; ARAUJO, 2012). Com a presença pequena, mas crescente de personagens negros na literatura infantil, surgiram trabalhos que se debruçaram sobre um conjunto de obras, mas não se detiveram na análise sociológica da sua construção (JOVINO, 2006, OLIVEIRA, 2003). Esses textos apontam também para fatores como o mercado editorial, as políticas nacionais de compras de livros didáticos, o papel do movimento negro etc. Pretendemos aqui retirar esses fatores do lugar de “contexto” e posicioná-los no centro da análise.

Boa parte dos nossos esforços tem se concentrado na análise dos livros e na etnografia dessa discursividade afro-brasileira. Temos nos preocupado em adotar vários pontos de vista: dos conteúdos, das recorrências dos temas, dos conceitos, das narrativas das imagens. Buscamos observar os perfis e trajetórias dos autores desses livros, das formas pelas quais seus textos circulam entre seus pares e como essa literatura é estimulada e absorvida diferentemente pelas editoras. Usamos como referência alguns dos paradigmas expostos em Duarte (2008) sobre categorização da “literatura negra”: *temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público leitor*, procurando dialogar com a hipótese de essa literatura infantil ser pensada como parte da chamada “literatura afro-brasileira” ou “literatura negra” (IANNI, 1988) ainda que consideremos a perspectiva multicultural ou intercultural (WALSH, 2009) dessa nova literatura⁶. Os estudos de Zilá Bernd sobre Negritude e Literatura Negra (1987 e 1988) vêm balizando muito da nossa análise, pois fornecem critérios importantes do ponto de vista da posição do autor na construção de uma discursividade afro-brasileira.

Entretanto, uma das questões teóricas desafiantes deste trabalho tem sido a transposição da noção de literatura negra, escrita para um público adulto,

⁶ O termo multicultural é francamente polissêmico. Se inicialmente apontou para a positividade da diversidade cultural e do diálogo entre culturas, foi sucessivamente apropriado por uma concepção conservadora, na qual as culturas são vistas como patrimônios estanques e incomunicáveis ou por uma leitura romantizada que não percebe as implicações políticas do reconhecimento e da agência dos sujeitos portadores dessas culturas. A noção de interculturalidade, apesar de suas imprecisões, procura superar estas leituras em prol de uma reflexão associada à criação de políticas culturais democráticas que levem mais a sério a questão da diferença, recusando os sentidos superficiais alinhados à dimensão mercadológica e de integração compassiva dos sujeitos, de seus modos de vida e de suas culturas ao projeto homogeneizante do Estado nacional.

ou seja, da mesma ordem do autor para a literatura infanto-juvenil, que se apresenta de forma distinta, posto que esta é escrita por adultos para um público receptor em formação, vale dizer, que não tem autonomia plena para a escolha de suas leituras. Essa ponderação nos coloca uma dificuldade para construir a noção de “literatura negra infanto-juvenil”, especialmente quando a mediação entre o livro e o leitor passa não apenas pela escolha de pais e professores, mas, principalmente, do Estado, em seus vários níveis que, através da elaboração de listas realizadas por comissões, equipes especializadas e editais, efetua a compra massiva de livros que atendem à rede pública de educação. Outro aspecto importante é a própria noção de literatura infantil, materializada no “objeto-livro”, cuja autoria é partilhada com ilustradores, editores, através de projetos gráficos que não permitem limitar a literatura infantil apenas ao texto literário. Vamos voltar a estas questões mais à frente.

Recorte do Material levantado: Temas preliminares

O levantamento de títulos tem-se apoiado em informações centrais – título, autor, ilustrador, editora, ano de publicação. Aspectos complementares, como prêmios e menções, tamanho do livro, tratamento da capa são observados. Buscamos livros de literatura infanto-juvenil que de alguma forma abordem temáticas ligadas ao afro-brasileiro e/ou questões ligadas à diversidade racial e cultural brasileira. Como já afirmamos, não consideramos os livros sobre temática indígena, por merecerem um tratamento à parte. Livros cuja temática não aborda diretamente esses temas, mas que apresentam personagens principais negros, foram considerados importantes no nosso levantamento, pela visibilidade até há pouco bastante incomum dada a personagens com características étnico-raciais não hegemônicas. Essa categoria de protagonistas negros em textos que não tratam diretamente de temas “afro” tem apresentado questões desafiantes para a nossa análise, inclusive do ponto de vista metodológico.

Levantamos até agora mais de quinhentos (500) livros brasileiros desde 1984. O levantamento de títulos estrangeiros publicados no Brasil não foi priorizado por nós, pelo nosso viés de literatura produzida por brasileiros. Assim, ele tem sido bastante falho, não ultrapassando 40 títulos, embora saibamos que o número seja muito maior. Entretanto, pudemos perceber a publicação de vários autores africanos dos países de língua oficial portuguesa,

tal como Ondjaki, escritor angolano, e Mia Couto, moçambicano, e a tradução de vários autores africanos. Embora a produção brasileira seja o nosso maior interesse, as publicações de autores estrangeiros refletem também um importante investimento editorial que dialoga com a produção e a circulação de ideias em que o discurso de valorização multicultural dialoga no plano transnacional ou global.

Nossa intenção neste levantamento não é alcançar a totalidade dos livros publicados a cada ano, mas apenas apresentar uma ordem de grandeza, verificando o aumento na publicação desse material, desde 2003, e a constante publicação dessa literatura verificada após alguns anos. A partir do levantamento constante dessas publicações, vamos destacando alguns elementos que consideramos importantes para análise.

Os mais de 500 títulos até agora levantados foram escritos por cerca de 100 autores. Destes 100 autores, 41 publicaram 3 ou mais livros voltados para a temática em tela. Destes 41, 16 publicaram 5 livros ou mais. Rogério Andrade Barbosa, com 43 títulos até agora arrolados, é o mais prolífico dos autores dedicados à temática africana e afro-brasileira⁷. Júlio Emílio Braz aparece em segundo, com 35 livros dedicados à temática afro.⁸ Sonia Rosa vem em seguida, com 15 livros pelo nosso levantamento. Heloísa Pires de Lima está em quarto lugar, com 9 títulos por nós levantados.

⁷ Rogério Andrade Barbosa, é professor, escritor, contador de histórias e ex-voluntário das Nações Unidas na Guiné-Bissau nos anos 1970. Essa experiência africana foi central para a sua formação como escritor. Graduiu-se em Letras na Universidade Federal Fluminense (UFF) e fez Pós-Graduação em Literatura Infantil Brasileira na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trabalha na área de literatura Afro-Brasileira e programas de incentivo à leitura, proferindo palestras e dinamizando oficinas. Sua carreira como escritor soma 30 anos e mais de 90 livros publicados, alguns traduzidos para o inglês, espanhol e alemão. A grande maioria desses títulos é dedicada às temáticas africanas, sejam contos e lendas africanas e por ele recriadas como histórias próprias. Disponível em: <http://www.rogerioandradebarbosa.com/>. Acesso em 14 de fevereiro de 2016.

⁸ Júlio Emílio Braz é um autor fundamental neste universo. Extremamente prolífico, com mais de 150 de livros publicados em mais de vinte editoras brasileiras e estrangeiras, é detentor de muitos prêmios literários nacionais e internacionais. Seus livros discorrem, principalmente, sobre o universo juvenil, em que a dimensão do conflito é importante. As discussões sobre identidade racial, temáticas africanas e afro-brasileiras e relações raciais aparecem em muitos desses livros. Este levantamento privilegiou apenas os livros que discutissem direta ou indiretamente essas questões ou a presença de personagens protagonistas negros. De modo algum foi um levantamento completo. Julio Emílio Braz certamente merece trabalhos acadêmicos voltados para a sua trajetória e sua literatura. Para mais, Debus (2013) e <http://www.julioemiliobraz.com/>. Acesso em 14 de fevereiro de 2016.

São cerca de 90 editoras com algum título relacionado ao tema. Nós pesquisamos os títulos, principalmente através da internet, por meio de blogs especializados e buscando os catálogos de várias editoras. A visita a feiras literárias, como a Bienal do Rio, de 2013 e 2015, e a Primavera dos Livros, também no Rio de Janeiro, em 2013, 2014 e 2015, nos possibilitou o acesso a alguns desses catálogos.

Levantamos 33 diferentes editoras com maior frequência de publicação, ou seja, com 5 ou mais publicações (419 títulos, 80% do total). Destas, 10 editoras publicaram 209 títulos, ou seja, em torno de 40% do total de títulos levantados. São elas a FTD (com 31 títulos), Pallas (com 30 títulos), Paulus (26), Paulinas (25), DCL (23), Editora do Brasil (16), SM e Moderna (15 títulos cada), Salamandra e Melhoramentos (14 títulos cada).

Sessenta e cinco livros receberam indicações, prêmios nacionais e internacionais ou estão indicados para comporem os acervos da FNLIJ / Fundação Nacional de Literatura Infanto-Juvenil, a coleção de livros indicada para estar nas escolas através de compras governamentais. A presença desses livros no espaço escolar é fundamental para pensar nos efeitos desses discursos do ponto de vista da recepção, ou seja, entre crianças e professores. Não nos detivemos nesse aspecto da análise até agora. As premiações e a presença de livros nesses acervos produzem a consagração de autores, ilustradores e editores e, conseqüentemente, dos temas e narrativas literárias e imagéticas que estes abordam⁹.

A publicação desses livros ao longo dos anos mostra como o volume de livros publicados começou a crescer após 2004 e 2005, um a dois anos depois da promulgação da lei 10.639/03. Entre 1984 e 2003, as publicações que encontramos são bastante escassas. Encontramos entre um ou dois livros por ano, até 12 livros em 2000. A média desses primeiros vinte anos é de 7,5 livros por ano, com uma tendência de subida a partir de 2000. Depois de 2004, há uma subida muito rápida de livros publicados por ano. Esse impulso editorial teve seu ápice nos anos de 2007 e 2011, com uma média de quase 50 livros por ano. De 2012 em diante, essa taxa começa a cair. Em 2014 e 2015, não apuramos mais de 18 livros por ano. Entretanto, é bastante provável que

⁹ Ainda assim, também não nos ocupamos até o momento em apurar qual autor ou livro vende mais. Esse seria um critério complicado, já que não depende exatamente da qualidade do material ou do prestígio do autor, mas de outros fatores, como o investimento das editoras, tempo de circulação dos livros, indicação para listas de compras do governo.

as publicações desses dois anos não estejam todas disponíveis na internet. Como já afirmamos, nosso levantamento não pretendeu ser exaustivo. Pensamos ser cedo para afirmar se já existe um declínio desse *boom* ou se estamos assistindo a uma estabilização na frequência dessas publicações¹⁰.

Uma tarefa que julgamos importante foi classificar alguns temas recorrentes nesses materiais levantados. Agrupamos os seguintes temas:

1. Religiões afro-brasileiras, religiões africanas, deuses africanos.
2. Histórias e contos referentes a tradições afro-brasileiras.
3. Mitologia africana e contos africanos traduzidos ou recriados.
4. Tradição oral, histórias de mais velhos, família e ancestralidade.
5. Conflitos do cotidiano e construção da identidade.
6. Estética afro-brasileira e autoestima.
7. Aventuras que envolvem personagens de várias origens étnicas, permeadas pelo ideário da amizade e do interesse pelas diferenças estéticas, de origem e culturais.
8. Aspectos históricos e geográficos africanos.
9. Música, vocabulário, comida, lutas e danças de origem africana ou afro-brasileiras: capoeira, samba, ritmos, festas populares.
10. Histórias que não se referem diretamente às questões étnicas ou da cultura afro, mas contam com personagens negros como protagonistas.

É evidente que em muitos livros essas temáticas se cruzam. Muitos dos mitos e contos africanos presentes nos livros dizem respeito aos orixás; as temáticas de estética e autoestima são perpassadas pela abordagem de conflitos no cotidiano das personagens e, especialmente, na construção de sua identidade. Há histórias e contos referentes às tradições afro-brasileiras que são abordadas através de personagens mais velhos. Todavia essas temáticas também aparecem em separado. Nem toda a discussão sobre estética e autoestima está inserida numa narrativa de conflito, por exemplo.

¹⁰ Outra dificuldade no levantamento do material tem sido apurar a primeira edição do livro. Algumas vezes o livro foi publicado numa editora que já não existe ou o título é lançado por editoras diferentes ao longo dos anos. Por vezes, os livros não apresentam o ano da primeira edição, mas sim da edição disponível nas livrarias ou sites.

Por isso optamos por destacar cada um desses temas em separado.

Os dados preliminares apresentados nos proporcionam algumas possibilidades de abordagem sobre esse vasto material. Optamos por seguir duas delas aqui. Uma é a reflexão sobre as estratégias das diferentes editoras que mais têm investido nessas publicações que nos interessam. Assim, a Editora Pallas aparece como um caso exemplar, ainda que seja a segunda editora com maior número de publicações, atrás da FTD.

Outro aspecto importante tem sido o de refletir sobre os autores que mais têm publicado sobre esse tema. Neste texto, vamos apontar para a ideia de rede, que nos permite observar a formação daquilo que se pode chamar de sistema literário – um complexo que envolve autores, temáticas, público leitor, instituições que conferem prêmios, listas, indicações, editais – e nestas relações produzem formas de legitimação, controle, reprodução, circulação e reconhecimento.

Editoras e o campo editorial

Abordar a literatura infanto-juvenil implica deparar-se com as formas de seleção, produção e circulação de livros, em que o universo editorial é ponto crucial da análise. Ao investigar o universo das editoras, através de seus catálogos, seus sites e formas de exposição nas feiras, procuramos perceber as formas pelas quais estas têm incorporado nas suas políticas editoriais a questão da temática da diversidade e da raça. Veremos que há uma heterogeneidade notável nesse aspecto.

Não é novidade o volume expressivo de recursos que giram em torno da produção e circulação do livro didático e a disputa pela indicação para o PNLD (RIBEIRO, 2010). Mesmo fora da lista de compras do Governo Federal, que fornece material didático para as escolas, a própria indicação de livros didáticos e paradidáticos pelas escolas privadas ou compras efetuadas por secretarias municipais de ensino resulta em importante retorno financeiro para autores e editoras. Sendo assim, é de se esperar que as editoras se precipitem em antecipar e atender às diretrizes da lei para a incorporação dos conteúdos exigidos nos novos livros, de história e português, principalmente, bem como em produzir material paradidático para disputar a possível demanda das escolas. O segmento infanto-juvenil é um dos setores de maior venda das editoras. Um número expressivo desses títulos com temática afro-brasileira e africana indica que há interesse em atender a essa fatia crescente

de mercado que valoriza o “multiculturalismo”¹¹.

Existe um grande número de editoras, de vários tamanhos, que têm produzido livros paradidáticos e de literatura infanto-juvenil em resposta à lei 10.639. Algumas editoras têm linha editorial específica voltada para a temática ou coleções especiais sobre o tema. Grandes editoras voltadas para o segmento de ensino, como FTD, Melhoramentos e Moderna, produziram uma cartela de títulos sobre a temática. Editoras prestigiosas de grande circulação não voltadas especificamente para o segmento escolar, como Cosac Naify e Companhia das Letras, que também aparecem com vários títulos.

A Editora Pallas, uma editora relativamente antiga e de médio porte, vem apostando prioritariamente no segmento afro-brasileiro e religioso de matriz africana. A Pallas é uma editora de referência no segmento do mercado literário afro-brasileiro. Sua linha editorial baseia-se no atendimento à lei 10.639 e no interesse na formação de um público leitor para essa temática, como se vê na apresentação do seu catálogo:

“Interessada na compreensão e na valorização de nossas raízes culturais e ciente do ainda precário registro dos saberes africanos na diáspora e de sua importância como uma das matrizes fundadoras de nossa nacionalidade, nossa casa editorial busca recuperar e registrar tradições religiosas, linguísticas e filosóficas dos vários povos africanos continuamente trazidos para o Brasil durante o regime escravista” (PALLAS, 2013).

Observando o catálogo de literatura infanto-juvenil de editoras grandes e tradicionais, percebe-se que a temática da diversidade étnica é atendida, principalmente, através do recurso à publicação de títulos de autores já inseridos no mercado, com nome formado. É o caso, por exemplo, da Melhoramentos. Dos 14 títulos que conseguimos identificar como atendendo à temática em foco, 8 eram de Rogério Andrade Barbosa. Heloisa Pires de Lima também aparece com dois títulos, dos mais recentes, quando já se

¹¹ Neste caso estou adotando uma acepção mais “comercial” do termo, no qual multiculturalismo, no campo do entretenimento, pode assumir uma característica exotizante; ou seja, a produção e exposição da “diferença” para consumo, ou para atender à boa imagem exigida pelo chamado “politicamente correto”, que não observa necessariamente uma reflexão mais consequente e crítica sobre diversidade e inclusão.

tornara uma escritora premiada¹². Na FTD, 11 das 31 obras com a temática étnica/diversidade apoiam-se em Julio Emílio Brás e Rogério Andrade Barbosa. Estratégias semelhantes são acionadas por outras grandes editoras, como a Moderna, e a DCL. Embora seja comum a parceria de determinados autores com certas editoras nas quais têm vários títulos, esse recurso de concentrar a maioria dos títulos apenas em autores de prestígio não é generalizável para editoras de menor porte, como veremos.

Observando o catálogo da Pallas, percebe-se uma cartela de autores mais diversificada. Os 30 títulos por nós arrolados são distribuídos por 18 diferentes autores, sendo Sônia Rosa a autora mais frequente, com 9 obras¹³. Percebe-se assim, um interesse mais consistente da Pallas em investir em autores iniciantes.

As pequenas e médias Editoras – o caso da Editora Pallas

A visita à Bienal do Rio de Janeiro, em 2013 e 2015, possibilitou-nos o acesso rápido aos catálogos e à visualização de algumas dezenas de livros dedicados de alguma forma à temática afro na literatura infanto-juvenil disponível nas

¹² Heloisa Pires Lima (Porto Alegre, 1955) reside em São Paulo. Doutora em antropologia pela USP, é educadora e pesquisadora com temas ligados a literatura, arte e história. Em 1998, publicou *Histórias da Preta* (Companhia das Letrinhas), seu livro de maior sucesso. O livro recebeu prêmios, nacionais e internacionais, assim como seus vários livros posteriores, todos dedicados à questão da identidade e da história africana e afro-brasileira. Vários de seus livros são fruto de parcerias com outros pesquisadores e ilustradores brasileiros e africanos. Ela também já coordenou projetos editoriais, produziu materiais didáticos em várias mídias, e foi responsável pela criação da Selo Negro Edições, do Grupo Summus Editorial. Disponível em: www.letras.ufmg.br/literafr. Acesso em Janeiro de 2016.

¹³ Sonia Rosa é professora da rede municipal do Rio de Janeiro, contadora de histórias e orientadora educacional. Já publicou em torno de 40 livros, todos de literatura infanto-juvenil, tendo recebido prêmios como o da FNLIJ e homenagens associadas ao campo da educação e do fomento à leitura. Em sua homenagem há três salas de leituras em Escolas Municipais com o seu nome e do livro *O Menino Nito*. Sonia Rosa localiza sua dedicação à temática étnica desse modo "Fiz um curso de quase dois anos na Universidade Castello Branco sobre África e Brasil e descobri coisas que ninguém havia me contado sobre a verdadeira história dos negros. Posso dizer que este foi o curso mais importante da minha vida, pois me deu conhecimento sobre mim mesma". Disponível em: <http://www.soniarosa.net/>. Acesso em Janeiro de 2016.

“grandes editoras”¹⁴. Entretanto, a Bienal está longe de congregar a maioria das centenas de editoras existentes, especialmente as de pequeno e médio porte¹⁵.

Tem havido muitas iniciativas em torno de feiras menores, como a Primavera dos Livros, organizada em alguns estados brasileiros (que no Rio de Janeiro vem acontecendo todos os anos no Museu da República). A Primavera dos Livros é organizada pela Libre – Liga Brasileira de Editoras –, que congrega mais de 100 “editoras independentes”, entre elas um número importante de pequenas e médias editoras, boa parte voltada para temáticas específicas das ciências humanas, de literatura, *design* e alguns nichos, como LGBT, e diversidade étnica e racial.

Nosso interesse nessa associação é o fato de ela abrigar várias editoras cujo catálogo infanto-juvenil é voltado para a temática da diversidade étnica e cultural brasileira, entre as quais a Pallas, Peirópolis, Mazza, Manati, Solisluna. Nessas editoras temos percebido, mais que publicações esparsas sobre essas questões, uma preocupação específica de formação de catálogo que contemple esse nicho, ou articulada a outras temáticas voltadas para a diversidade, como a questão indígena. O investimento em novos autores também é um aspecto notável. O principal lema adotado nos discursos da Libre é a *bibliodiversidade*, em contraposição às grandes editoras e às suas premissas mercadológicas. As críticas principais encampadas pela Libre são a concentração de mercado produzido pelas “megacorporações” e o pouco risco assumido pelas grandes editoras, voltadas para a reprodução da lógica de venda em torno dos *best sellers*. Essa lógica reproduziria fórmulas literárias comerciais, dando pouco espaço para “o extraordinário, o original,

¹⁴ Os critérios que permitem distinguir “grandes editoras” de “pequenas ou médias editoras” não são muito precisos: antiguidade, faturamento, capacidade de investimento, associação ou não com capital internacional. Assim, usamos “pequenas” e “grandes” num sentido bastante relativo. Do ponto de vista do catálogo, editoras mais consolidadas têm o que se chama de “fundo de catálogo”, ou seja, títulos antigos constantemente reeditados, que sempre vendem e garantem uma identidade à editora e ao mesmo tempo certa estabilidade de vendas. Muitas das editoras “pequenas e médias” adotam a designação “independente” no sentido de afirmar sua autonomia editorial, ou seja, de não serem obrigadas a editar apenas títulos com retorno financeiro garantido, criando, assim, uma identidade própria à sua marca.

¹⁵ Em conversa com alguns desses editores, estes têm questionado a viabilidade da presença nas Bienais (Rio e São Paulo), pelo alto valor pago para estarem presentes e o baixo retorno, tanto financeiro como de fixação da marca.

o arriscado, o inventivo - livros que se tornarão fundamentais para a próxima geração, porque têm algo novo e relevante a dizer”. (HAWTHORNE, 2015)¹⁶.

Efetivamente, quando se comparam editoras de grande porte com as de médio e pequeno porte, como as encontradas na Libre, percebemos a maior experimentação das últimas quanto ao número de autores novos, temáticas e projetos gráficos inovadores. Como dito, as editoras maiores mantêm em seus catálogos apostas de baixo risco: autores brasileiros mais conhecidos e maior número de títulos estrangeiros com boa venda no exterior. Do mesmo modo, nas editoras menores temos encontrado em crescente número títulos que se encaixam no que seria o tema 10 da nossa classificação: personagens negros, boa parte deles protagonistas em histórias não diretamente relacionadas a uma temática afro. Em outras palavras: histórias quaisquer, com personagens negros. Num olhar amplo lançado sobre esses títulos, consideramos estar nessas editoras uma forma até então inédita de representação da diversidade étnico-racial brasileira produzindo uma forma plural de representação de personagens independentemente da temática abordada. Nos materiais que observamos das editoras maiores, a presença de personagens negros estava mais restrita a títulos que abordam diretamente a temática afro, não incorporando, por exemplo, nas suas ilustrações, a presença de personagens que representem diversas etnias.

Mesmo com mais dificuldades de identificar os livros com essa característica, ou seja, o personagem negro numa história “comum”¹⁷, percebemos que estes têm aparecido com mais frequência nos anos recentes, produzindo no nosso entender uma nova forma de representação da diversidade étnico-racial. Mapeando autores mais recorrentes na nossa pesquisa, identificamos que Sonia Rosa tem sido uma autora importante nessa abordagem e *O Menino Nito*, seu primeiro livro, uma referência nesse segmento. Voltamo-nos, assim, para a análise da Pallas, que se apresenta

¹⁶ A LIBRE é associada à **Aliança Internacional dos Editores Independentes** que, no Congresso Internacional da Edição Independente 2014 produziu a “Declaração Internacional dos Editores e Editoras Independentes”. Disponível em: <http://libre.org.br/artigo/74/declaracao-internacional-dos-editores-e-editoras-independentes-2014-para-manter-viva-e-fortalecer-juntos-a-bibliodiversidade>. Acesso em 14 de fevereiro de 2016.

¹⁷ Ainda mais problemas metodológicos se impuseram a nós na medida em que fomos buscando materiais não explicitamente “afro”, mas com personagens negros: essa busca ficou mais dependente da manipulação direta do material e mais difícil de ser acessada pelos sites na internet, já que a busca por palavras-chave, resumos, e a visualização da capa nem sempre nos permitiram a identificação desse aspecto.

como um caso paradigmático pela sua dedicação exclusiva e bem-sucedida à temática negra¹⁸.

A Editora Pallas surgiu em 1974, quando Antonio Carlos Fernandes, um contador, comprou uma editora falida, transformando-a em uma editora de livros populares ligados às religiões afro-brasileiras. Livros de cantigas de orixás, comida de santo, simpatia, orações, feitiços, eram vendidos em casas de artigos religiosos¹⁹. A Pallas emergiu como uma editora crescentemente especializada na temática “afro-brasileira” pela via da religião na década de 1970 como poucas outras editoras, como a Eco, Espiritualista e Mandarino. A questão “afro-brasileira” surge na Pallas, portanto, ocupando um nicho específico do mercado editorial.

Cristina Warth, filha de Antônio Carlos Fernandes, formada em história na PUC/RJ, assumiu a gestão da editora junto com o pai em finais dos anos 80. Entretanto, com a chegada da filha à editora, uma outra dimensão da cultura afro-brasileira passou a ser privilegiada. Cristina Warth começou a registrar e editar o conhecimento oriundo dos terreiros de matrizes africanas publicando o saber de ialorixás e babalorixás, como Gaiaku Luiza, Mestre Agenor, Omindarewa, Adilson de Oxalá, Tia Estela, Vera de Oxoguiã, entre outros, produzindo, assim, narrativas oriundas de uma religião de tradição oral, por intermédio dos próprios sujeitos. Ao mesmo tempo em que as publicações da Pallas buscaram alinhar o “saber mais direto” dos praticantes das religiões de matrizes africanas, passaram a constar também no catálogo obras acadêmicas relacionadas ao tema “afro-brasileiro”, em especial da área das ciências sociais e história²⁰.

O “saber negro”, nesse sentido, tornou-se a principal pauta da editora. Segundo Cristina e Mariana Warth, em entrevista a nós concedida, o investimento de colocar à disposição do público em geral um corpo de conhecimento e práticas pouco conhecidas e muito “marginalizadas” se deu pela falta de informação e pela veiculação negativa arraigada no imaginário

¹⁸ Há outras editoras dedicadas exclusivamente à temática afro-brasileira: Mazza, Nandyala e o Selo Negro (da Editora Sumus). O interesse maior pela Pallas deve-se a sua antiguidade e pelo catálogo antigo, mais robusto e consolidado.

¹⁹ A editora Pallas continua a confeccionar obras sobre orações, “feitiços”, cantigas e “amarrações”, que continuam sendo o carro-chefe da editora quanto ao retorno financeiro.

²⁰ As obras publicadas na Editora Pallas são divididas em oito categorias: Religião; Magia; Autoajuda; Ciências Sociais; Não Ficção; Ficção; Poesia; Infanto-juvenil. (PALLAS, 2013).

social brasileiro.

Mariana Warth, filha de Cristina, ingressou na editora em 2002 incentivada pelo avô e pela mãe, após graduar-se em jornalismo pela FGV. Mariana sugeriu expandir o catálogo da Pallas criando um segmento de literatura infantil especialmente dentro da temática étnico-racial, da cultura negra e da diversidade. A editora naquela época tinha publicado apenas uma obra – *Bruna e a Galinha da Angola*, de Gercilga de Almeida (2000) – e para a jovem editora trazer a discussão da questão afro para a área infanto-juvenil poderia ser interessante. A ideia não foi aceita de imediato com o argumento do avô sobre o alto custo de confeccionar livros infantis, pois esse segmento envolvia diferentes processos pouco conhecidos pela editora. Entretanto, Mariana insistiu e editou “O Menino Nito”, de Sônia Rosa, em 2002²¹, que passou a ser um dos maiores sucessos de venda e referência em literatura infantil ao cruzar a imagem até então raríssima de uma família negra com a dimensão do gênero, ao abordar uma situação não específica da temática afro, mas do choro masculino²².

Outro importante momento para a criação do segmento de literatura infantil na Pallas foi a venda pública para o Governo do Estado de Minas Gerais, em 2003, justamente dos dois únicos livros infantis disponíveis no catálogo da editora (*Bruna e a Galinha da Angola* e *Menino Nito*). Uma venda pública se caracteriza pela compra de livros por algum órgão governamental em grande tiragem, rendendo um importante lucro, que foi reinvestido num catálogo infanto-juvenil de sucesso da editora.

A edição do livro “O Menino Nito” se deu ao mesmo tempo da promulgação da lei 10.639, em 2003. Esse dado é significativo, pois a criação da lei incentivou a produção de livros voltados para a temática étnico-racial, uma vez que o mercado editorial anterior às políticas de promoção

²¹ O *Menino Nito* foi publicado pela editora Memórias Futuras no ano de 1995. A editora faliu, e o livro foi republicado pela Pallas, em 2002.

²² O *Menino Nito* conta a história de um menino que, repreendido pelo pai por chorar, prende o choro e acaba por ficar doente. A discussão se aproxima mais de um debate de gênero (menino não chora). A família e o médico que cura Nito são todos representados por negros. A maioria dos livros de Sônia Rosa, dedicados ao público infantil, apresentam personagens negros que vivem e representam histórias e temas nos quais a questão étnica não é focal, mas que perpassa a narrativa imagética em que a diversidade racial é sempre presente em diálogo com um texto sutil que aponta frequentemente para o cotidiano familiar. Desse modo, a autora produz a valorização da família negra associada ao acolhimento e ao afeto presentes em suas histórias.

à igualdade e à diversidade era restrito e limitado na confecção de obras relacionadas à “cultura negra”²³. Os livros infantis da Pallas empenham-se em evidenciar personagens negros e histórias africanas e afro-brasileiras. Em 2014, a editora criou o selo “Pallas Mini”, influenciada, em certa medida, em preencher o nicho de mercado propiciado pela 10.639.

No site da editora, a “Pallas Mini” aparece caracterizada dessa forma:

O resgate da história e da cultura afro-brasileiras é uma prioridade em nossa sociedade hoje. A partir da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório seu ensino nas escolas de ensino médio e fundamental do país, a difusão desse conhecimento se configura como tema suprapartidário. Resultado de um desejo de reposicionamento de mercado, após identificar o crescimento do segmento infanto-juvenil em seu catálogo, a Pallas investe na criação de seu primeiro selo editorial, a Pallas Mini, dedicado a títulos infantis, com foco em histórias africanas e afro-brasileiras, em que a cultura negra é protagonista.

A Pallas Mini acabou por se notabilizar rapidamente pelos prêmios arrebatados recentemente, como indicações para listas e prêmios, em especial o Prêmio Jabuti²⁴. No caso do segmento infantil da editora, a indicação para o prêmio de melhor editora na Feira de Bolonha, a mais importante feira internacional do livro infanto-juvenil, concorrendo com outras 27 editoras no mundo todo, sendo apenas quatro latino-americanas, marcou uma nova etapa de reconhecimento da Editora e impulsionou o selo Pallas Mini.

Autores em rede: o discurso negro em questão

Podemos perceber que existem pelo menos duas gerações de autores voltados para a literatura infanto-juvenil com temáticas afro: os pioneiros, como

²³ A escassez de livros que abordam a temática étnico-racial antes de 2003 é evidenciada pelos livros tornados clássicos, como *O Menino Marrom*, de Ziraldo, e *A Menina bonita do laço de fita*, da Ana Maria Machado, ambos publicados em 1986.

²⁴ O livro *A Força da Palmeira* foi o vencedor do 57º Prêmio Jabuti na categoria ilustração, de Anabella Lopez, *Uma Escuridão Bonita* do escritor angolano Ondjaki, recebeu o prêmio na categoria Juvenil.

Rogério Andrade, Julio Emílio Braz, Joel Rufino dos Santos²⁵, que publicam há mais de 15 anos, e a nova geração, muito mais numerosa, que tem Sonia Rosa, Heloisa Pires de Lima, Maurício Pestana, Carolina Cunha entre seus principais nomes. Alguns autores consagrados da literatura infanto-juvenil, como Ruth Rocha, Sílvia Orthof e Ana Maria Machado já publicaram títulos importantes nessa temática. Autores já consagrados na literatura adulta ou acadêmica dedicada à história e à cultura africana e afro-brasileira, como Joel Rufino dos Santos, Nei Lopes, Elisa Lucinda, Helena Theodoro e Raul Lody vêm se dedicando à literatura infantil.

Mais que um campo (no sentido de Bourdieu), eles formam, sobretudo, uma rede, na medida em que o espaço crescente, embora ainda diminuto da literatura infantil nessa temática, aproxima esses autores (além de ilustradores, editores, críticos, acadêmicos e atores diversos que intervêm de forma decisiva no sistema de ensino), produzindo uma circulação de textos, formas, tratamentos, valores, práticas discursivas, contatos, contratos e prestígio. A trajetória de alguns de seus livros indica o potencial de penetração e influência desses autores e de seus materiais, impulsionando a divulgação e valorização de uma nova discursividade multicultural.

A autoria negra é ponto central no debate sobre literatura negra. Junto com a temática e narrativa, que evidenciam a construção do sujeito negro e de sua identidade diferencial, esses elementos participam do consenso mínimo sobre a existência de uma literatura negra ou afro-brasileira, dentro ou em diálogo com as referências sobre a negritude e a presença negra na elaboração de um discurso próprio. (BERNDT, 1987, 1988; DUARTE, 2008; SOUZA; LIMA 2006).

Entretanto, no caso da literatura infanto-juvenil, essa questão se coloca de forma distinta. O que está em jogo é o entendimento de um espaço narrativo ou um conjunto bastante heterogêneo de atores que têm em comum a referência às questões étnico-culturais e as imagens de personagens negros protagonistas. Neste caso, temos uma variedade importante, entre autores

²⁵ Joel Rufino dos Santos (Rio de Janeiro, 1941-2015) foi escritor, historiador e professor. Militou contra a ditadura militar, publicou vários artigos e livros voltados para a questão racial e sobre história e cultura negra no Brasil, bem como romances e literatura infanto-juvenil, pelos quais recebeu vários prêmios. Doutor em comunicação e cultura pela UFRJ, foi professor na escola de Comunicação e na Faculdade de Letras. Foi presidente da Fundação Palmares, ligada ao Ministério da Cultura.

autodeclarados negros e outros não negros. Há autores que destacam sua trajetória de militância nos movimentos negros ou de atenção à temática africana ou afro-brasileira como determinantes na orientação da sua escrita. Há outros que apontam que essa temática surgiu posteriormente na sua trajetória como escritores. Provavelmente, há autores que, eventualmente, se propuseram a abordar esse tema, ou por sugestão da editora, mas sem uma trajetória de reflexão e militância nessa área. Não é possível no escopo deste texto uma análise ou avaliação das diferenças entre autores negros ou com trajetória “militante” e autores não negros. Chamo atenção para o fato de que, se essa questão é axial no debate sobre literatura negra, não é definidora no caso da literatura infanto-juvenil afro-brasileira.

Ainda no campo da autoria e da emergência de narrativas afro-brasileiras, um aspecto fundamental a destacar sobre literatura infanto-juvenil é o papel do ilustrador, coautor imprescindível na literatura infanto-juvenil. No caso da literatura de temática étnica, a imagem negra que identifica os personagens em diálogo com o texto é determinante para a própria identificação dessa literatura. Se são vários os autores negros que produzem textos literários infanto-juvenis cuja temática étnica é central, os ilustradores negros parecem estar em menor número.

A centralidade da ilustração na literatura infanto-juvenil, ainda mais considerando a importância da identidade negra nas narrativas imagéticas e textuais, nos coloca uma questão sobre a autoria, um debate já recorrente entre os ilustradores de literatura infanto-juvenil²⁶. Ela não se resolve unicamente com a assunção da dupla autoria – texto e ilustração – que convive nas capas dos livros infantis, mas também deve-se considerar a dimensão do projeto gráfico, quando da produção de um livro infanto-juvenil como definidor dessa obra.

Diferentemente da literatura adulta, ou mesmo juvenil, na qual o texto pode ser produzido independentemente das imagens, o livro para crianças depende de um projeto editorial e gráfico bastante elaborado, custoso e demorado. A ideia do livro infanto-juvenil não parte sempre de um texto já acabado, mas de um diálogo entre texto, ilustração, diagramação, na qual a dimensão material – tipo de papel, tipografia, capa, tamanho – tem

²⁶ Ver site da Associação dos Escritores e Ilustradores de literatura infanto juvenil: <http://www.aeilij.org.br/>.

importância determinante. Nesse sentido, pode-se considerar que a autoria de certa forma pluraliza-se de forma interdependente e produz-se em etapas e apostas em relativo consenso (ver MASTROBERTI, sd).

Nesse sentido, temos nos voltado para a discussão sobre a sociologia da arte apoiados em Howard Becker (1982), que busca analisar a arte como um fenômeno que é resultado da interdependência de vários outros fenômenos, criando laços organizacionais que identificam as atividades artísticas com outras atividades coletivas. Ou seja, seu olhar sociológico para a arte privilegia a organização social das pessoas que trabalham para a conformação dos mundos artísticos e da audiência que responde a eles. Assim, tornam-se relativas as noções de autoria, por exemplo, o que é bastante estimulante para a análise de literatura infantil, na qual o projeto das editoras e seus agentes e dos ilustradores é determinante para pensar o produto livro e sua circulação, que vai muito além de uma relação sistêmica autor-obra-leitor, típica do que se compreende como sistema literário, proposta por análises mais clássicas (CANDIDO, 1965).

A própria noção de organização social e de redes pode ser proveitosa para pensar a circulação do livro infantil, na medida em que este ganha vários significados nas várias esferas em que circula: como obra de arte (na sua dimensão estética, ainda considerando seriamente o trabalho ilustrativo e gráfico como parte da concepção da obra), como texto literário, como instrumento pedagógico (pelo uso nas escolas e como é, muitas vezes, avaliado para as compras governamentais), como produto de consumo – o “objeto livro”, e o investimento das editoras na produção de mercadoria em escala que gera lucro, mas também prestígio e distinção.

Os autores de literatura infanto-juvenil (possivelmente em geral, mas me refiro em especial àqueles de que trato neste texto) podem ser pensados também enquanto atuantes em redes de cooperação que influenciam na conformação de um discurso – variado, heterogêneo, polissêmico – afro-brasileiro na literatura infantil, que é específico. Esses autores se conhecem, se articulam e interinfluenciam – especialmente considerando a importância dos autores mais antigos, como Rogério Andrade Barbosa, prolíficos, como Júlio Emílio Braz, ou de grande prestígio acadêmico e na militância negra, como Joel Rufino dos Santos, só para citar alguns. Esses autores circulam de forma diferenciada em várias instituições – campo acadêmico, escolas, secretarias de ensino, associações – ocupam cargos e posições de prestígio – comissões, bancas, diretorias de associações, instituições e organizações – coordenam projetos, indicam e são indicados para premiações prestigiosas.

Assim, circulam por espaços, cargos e posições, acumulam e distribuem discursos e prestígios, ou seja, capital cultural, no sentido de Bourdieu, atuando cooperativamente como também disputando recursos e espaços.

Nesse sentido, pode ser interessante pensá-los como um grupo, ou uma rede, cuja articulação é variada e fluida, a partir da qual emerge um certo tipo de literatura infantil na qual a questão étnica, da diversidade racial e da cultura afro-brasileira ganha legitimidade e visibilidade.

Considerações Finais

Esta pesquisa pretende contribuir para uma discussão crítica sobre os efeitos das políticas públicas de ação afirmativa, de modo a pensá-las como processos de médio e longo prazos. Esses processos são longos, tanto do ponto de vista da sua formulação – a Lei 10.639 é fruto de um extenso processo de mobilização dos movimentos sociais negros e de setores universitários e intelectuais – bem como dos impactos, transformações e contradições que sua implementação desencadeia. Neste caso, o reposicionamento de editoras, políticas editoriais, mercado, sistema de ensino, espaços escolares desenvolve-se de forma lenta. A formulação de novos discursos que repensam a ideia de nação, povo e cultura brasileiras ocupa hoje espaços contra-hegemônicos, mas esses discursos vêm ganhando relevância na medida em que apontam com sucesso para um novo lugar ocupado pela matriz africana e afrodescendente dentro da nação. Estas formulações não se fazem sem tensões e contradições.

A discussão específica que procuramos esboçar é sobre a possível formação de uma literatura negra infanto-juvenil dentro do campo da literatura afro-brasileira. Considerando as importantes diferenças entre literatura adulta e literatura infanto-juvenil e a mediação da escola e da família para seu acesso, vale a pena explorar as particularidades dessa literatura dentro do contexto mais amplo da chamada literatura negra.

Analisando pela via do universo da literatura infanto-juvenil, as temáticas raciais e da diversidade cultural têm aparecido como um segmento relevante. Entretanto, cabe ressaltar que, ao lado dos temas que se voltam para a identidade étnica e a afirmação da diversidade cultural brasileira, surge nesse segmento o personagem negro protagonista em histórias sem referência direta à discussão étnico-racial. Nesse sentido, a obra de Sonia Rosa, apontada neste texto, embora não seja a única, é bastante representativa. O personagem negro e a diversidade étnico-racial brasileira representados

nas histórias infantis sugerem a abertura para uma outra sensibilidade do tratamento da diversidade, que não se reduz somente ao tratamento das temáticas étnicas, mas como uma presença que se apresenta como “normal”, como própria da diversidade brasileira. Esse fenômeno tem correspondência nas reivindicações em torno da presença negra em espaços de televisão e nas demais reivindicações de representatividade negra na mídia em geral.

Por fim, há que se analisar as formas pelas quais têm sido tratadas nas obras algumas temáticas sensíveis da discussão étnico-racial, como a estética – os traços negros, o cabelo crespo, por exemplo – e a questão da religiosidade afro-brasileira, marcada pela referência à ancestralidade e aos cultos afro-brasileiros. A temática religiosa vem se constituindo num dos pontos de resistência à implementação da lei 10.639 nas escolas pela associação da cultura negra à religiosidade afro-brasileira, produzindo tensão com setores religiosos da matriz pentecostal.

Esse aspecto chama atenção para as lutas travadas no espaço escolar para a utilização desses materiais. A recepção desse material em diferentes contextos – não só nos espaços escolares, mas também domésticos, de forma coletiva ou individual – e os significados que os leitores constroem a partir dessa apropriação é outro conjunto de desafios a ser enfrentado.

Referências

- ARAUJO, Débora Cristina de.
(2012). A produção literária infanto-juvenil brasileira e as relações raciais: conjuntura, limites e possibilidades. *Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, Salvador.
- ASSUNÇÃO JR., Jeronil.
(2015). *A editora Pallas e a construção da literatura negra infanto-juvenil*. Monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais, sob orientação da Prof. Dra. Luena Nascimento Nunes Pereira. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- BERND, ZILÁ.
(1988). *Introdução à Literatura Negra*. São Paulo: Brasiliense.
- (1987). *Negritude e Literatura na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- BECKER, Howard
(1982). *Art Worlds*. Los Angeles, University of California Press.
- BOURDIEU, Pierre.
(1992). *A economia das trocas simbólicas*. Perspectiva.
- BRASIL
(2008). *Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003*. Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003. Grupo de Trabalho Interministerial Instituído

- por Meio da Portaria Interministerial MEC/MJ/SEPPIR.
- (2005a). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília.
- (2005b). *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. MEC-SECADI /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília. (Coleção Educação para todos).
- (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF.
- (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC.
- CHARTIER, Roger.
- (1991). O mundo como representação. *Estudos Avançados*. Vol.5 no.11 São Paulo. Jan./Apr. 1991.
- DEBUS, Eliane Santana Dias.
- (2013). A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura infantil de Júlio Emílio Braz. In: Nelly Novaes Coelho; Maria Zilda da Cunha; Maria Auxiliadora Fontana Baseio (Orgs.); *Tecendo Literatura: entre vozes e olhares*. SP, v. 1.
- (2010). Temática étnico-racial nos livros infantis da Pallas Editora. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/IICILLIJ/4/ElianeDebus.pdf> . Acesso em Janeiro de 2016.
- (2009). O mercado editorial brasileiro e a literatura de temática africana e afro-brasileira: análise comparativa dos catálogos de 2005 e 2008. *Anais 17º. COLE –Congressos de Leitura do Brasil 2009*. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem15/COLE_98.pdf. Acesso em Janeiro de 2016.
- DUARTE, Eduardo de Assis.
- (2008). Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº. 31, p. 11-23.
- GOMES, Nilma Lino.
- (2012). Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, p. 98-109.
- GOUVÊA, Maria Cristina Soares de.
- (2005). Imagens do Negro na literatura Infantil brasileira: análise historiográfica. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 31, n. 1, p. 79-91.
- HAWTHORNE, Susan.
- (2015). *A nova ordem global editorial*. Disponível em: <http://libre.org.br/artigo/83/a-nova-ordem-global-editorial>. Acesso em 14 de Janeiro de 2016.
- IANNI, Octávio
- (2006). Literatura Infanto-juvenil com personagens negros no Brasil. In: Florentina Souza; LIMA, Maria Nazaré Lima (Org.); *Literatura Afro-brasileira*. Salvador: Centro de estudos afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares.
- (1988). Literatura e Consciência. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 15.
- SOUZA, Andreia Lisboa de.
- (2001). A personagem negra na literatura infantil juvenil: rompendo estereótipos. In: Eliane Cavalleiro (Org.); *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro Edições.
- MASTROBERTI, Paula.
- (S/D). O Livro Ilustrado Infantil: Esse Polêmico Objeto. *Associação dos Escritores e Ilustradores de literatura infanto-juvenil*. Disponível em: <http://www.aeilij.org.br> . Acesso em Janeiro de 2016.
- OLIVA, Anderson Ribeiro.
- (2003). A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. *Estudos Afro-Asiáticos*. v.25 n.3.
- OLIVEIRA, Luíz Fernandes.
- (2012). *História da África e dos Africanos na Escola*. Desafios políticos, epistemológicos e identitários para formação dos professores de História. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio/FAPERJ.

OLIVEIRA, Maria Anória de J.

(2003). *Negros personagens nas narrativas literárias infanto-juvenis brasileiras: 1979-1989*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Estadual da Bahia, Salvador.

PALLAS EDITORA

(2013). *Catálogo 2013*.

PEREIRA, Amauri *et al.*

(2013). Entrevista com Joel Rufino dos Santos. Concedida a Amauri Mendes Pereira, Amílcar Araujo Pereira e Verena Alberti. Estudos Históricos, vol. 26, nº 52, p. 491-518.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes

(2010). O ensino e a pesquisa sobre África no Brasil e a Lei 10.639. LECHINI, Gladys (org) *Los Estudios Afro Americanos Y Africanos na America Latina*: herencia, presencia e visiones del otro. Clacso.

PONTES, Heloisa

(1988). Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das "Coleções Brasileiras, nas décadas de 1930, 40 e 50. *BIB*, n. 26, 56-89.

RIBEIRO, Mírian C. M. Garrido.

(2010). Lei 10.639 e Programa Nacional do Livro Didático: limites e possibilidades de incorporação / renovação de conteúdos dos livros didáticos do ensino médio pela perspectiva do Edital de Convocação do PNLD. *XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro.

SORÁ Gustavo.

(1997). Tempo e distâncias na produção editorial de literatura". *Mana* 3(2), p.151-181.

SOUZA, Forentina, LIMA, Maria Nazaré (Orgs.).

(2006). *Literatura afro-brasileira*. Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais / Brasília, Fundação Cultural Palmares.

WALSH, Catherine.

(2009). Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: Vera Maria Candau (Org.); *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro, 7 Letras.

Recebido em

fevereiro de 2016

Aprovado em

outubro de 2016